

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

WRIGLEY (E. A.). — *Population and History*. Weidenfeld and Nicolson, Londres, 1969, 254 págs.

Desde que Malthus formulou em 1798 o *First Essay on Population*, sôbre a desproporção entre o crescimento da população em razão geométrica e o crescimento dos produtos alimentícios em razão aritmética, seu conteúdo reaparece sob diversos aspectos na obra de cientistas sociais e governantes. A Revolução Industrial modificou o comportamento demográfico, a distribuição da população, a estrutura do trabalho, a proporção relativa das populações rural e urbana e até as fontes disponíveis para o estudo da população, desde a época em que Malthus apresentou o seu ensaio clássico. Contudo, o seu conteúdo volta a preocupar inúmeras regiões do globo, em diferentes momentos, por razões científicas, humanitárias ou estratégicas. Por volta de 1925 iniciam-se tentativas de reconstruir as experiências de populações do passado em estruturas sociais em mudança, mas somente em 1960 é que tais tentativas tomaram um caráter de interesse internacional.

Tanto nos países ricos quanto nos pobres, a população deixou de ser um dado para converter-se num problema, cujo tratamento quantitativo vem sendo refinado nos últimos anos, a fim de permitir uma reavaliação de simplificações e suposições longamente sustentadas. O rompimento do equilíbrio demográfico mantido entre a mortalidade e a fertilidade pela produção industrial, pela tecnologia agrícola e pelo desenvolvimento de medidas sanitárias transformou as características da população mundial, modificou suas pirâmides de idade e ampliou a expectativa de vida.

As mudanças históricas apresentadas através da demografia incluem todos os homens e mulheres, não apenas os poderosos, bem-nascidos, ricos ou alfabetizados, como escreve Wrigley. Quando os registros ainda existem, é possível descer aos testemunhos da influência de condições sociais e econômicas locais, sôbre o nascimento, a morte e o casamento dos indivíduos. Mas também é verdade que freqüentemente o tratamento estatístico dá um caráter homogêneo a grandes populações, o que, se revela tendências dificilmente analisáveis sem êsse recurso, algumas vêzes confunde algumas distinções menos preciosas, mas importantes dentro das populações, como é o caso das classes sociais ou de diferenças regionais. Apesar disso, os estudos que vêm sendo feitos de Demografia Histórica enriquecem de uma nova perspectiva humana os conhecimentos históricos. Por exemplo, quando Jean Fourastié (“Investigação sôbre o calendário demográfico do homem médio, da vida tradicional à vida terciária”, *Population* Nº 3, 1959) mostra que

“Em França, no fim do século XVII (...) a vida do pai de família médio, casado pela primeira vez aos vinte e sete anos, podia ser assim esquematizada: nascido numa família de cinco filhos, só via metade dos seus irmãos chegarem à idade dos quinze anos;

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

êle próprio tinha tido cinco filhos, como seu pai, só dois ou três dos quais viviam à hora de sua morte.

Este homem, vivendo em média até 52 anos, o que era muito raro e o colocava na categoria venerável dos anciãos, tinha visto morrer na sua família direta (sem falar dos tios, sobrinhos e primos-irmãos) uma média de nove pessoas, uma das quais era um de seus avós (os outros três tinham morrido antes do seu nascimento) os seus dois pais e três dos seus filhos. Tinha passado por duas ou três fomes e, além disso, por quatro ou três períodos de carestia, ligados às más colheitas, que em média voltavam todos os dez anos; além das mortes tinha assistido às doenças dos seus irmãos, dos seus filhos, das mulheres, dos seus parentes e às suas próprias doenças, e havia conhecido duas outras epidemias de doenças infecciosas, sem falar das epidemias quase permanentes de coqueluche, escarlatina, difteria ..., que todos os anos faziam vítimas.”

transfigura-se todo o conhecimento anterior, a partir de outros aspectos da vida do século XVII, desvinculados de uma expectativa de vida, fecundidade, mortalidade e condições sanitárias até há pouco desconhecidas.

O livro de E. A. Wrigley — um dos fundadores do Grupo de estudo de Cambridge da História da População e Estrutura Social — é uma contribuição a essa abertura de novas perspectivas históricas. Ilustrado com diagramas, mapas e tabelas, separa por gravuras e fotografias sugestivas os seguintes temas: Demografia Histórica, O volume das populações, Flutuações das populações pré-industriais, Sociedade e Economia nas populações pré-industriais, População e Revolução Industrial e Mais Ricos e Mais Pobres.

Dentre êsses capítulos destaca-se a análise demográfica da Revolução Industrial. Wrigley destroi uma série de suposições correntes a respeito do papel da Revolução Industrial na mortalidade e na fertilidade e deixa claro que a grande mortalidade inicial foi provocada antes pela urbanização que pela industrialização. A densidade das cidades e o acúmulo de pessoas em cômodos reduzidos facilitaram a propagação de doenças infecciosas e expuzeram crianças e jovens a seu contágio. Todavia, os meios mais rápidos de comunicação e transporte permitiram que as comunidades não ficassem isoladas, dependendo somente de seus recursos quando eram más as colheitas e graves as epidemias. Os progressos agrícolas reduziram as fomes que assolavam periódicamente as populações da era pré-industrial. Ora, a falta de alimento e de abrigo adequado e limpo propiciam o contágio rápido de doenças infecciosas. A Revolução Industrial não só tornou barato o sabão, como barateou a roupa de algodão que podia ser lavada facilmente, estabeleceu leis contra a venda de alimentos deteriorados mas, acima de tudo, permitiu o aumento do salário real dos trabalhadores. É êste dado básico que de fato “revoluciona” a estrutura demográfica dos países industrializados, pois permite mais alimento, de melhor qualidade, mais saúde e mais educação. São estas as condições que reduzirão muito a mortalidade. Paradoxalmente, aumentam e não diminuem os índices de fertilidade. Torna-se maior o número de crianças que vive com os pais numa unidade familiar, pois há menos mortes de crianças, menos casamentos rompidos pela morte prematura de um dos cônjuges; aumenta com isso o índice de fertilidade e, com o aumento

do salário real torna-se possível não colocar tão cedo as crianças a serviço de outras pessoas.

Como observou o *Times Literary Supplement* (de 5/III/1970, p. 262) os estudos de demografia reúnem inúmeras vantagens para os que ensinam História. Não só canalizam um novo interesse para o passado, como permitem a introdução de respeitáveis métodos quantitativos, quase sempre ausentes dos panoramas históricos. A demografia sugere inúmeras modalidades de trabalhos de campo e projetos, enquanto esclarece um dos problemas mais decisivos do mundo moderno. Além disso, introduz na sala de aula problemas expressivos e atuais como o da limitação da natalidade e do desenvolvimento da medicina, e de sua distribuição desigual pela população.

MIRIAM LIFCHITZ MOREIRA LEITE.

* *

*

PINEAU (Henri). — *La côte atlantique de la Bidassoa à Quiberon dans l'Antiquité*. S. E. V. P. E. N. École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches-Historiques. VIe Section. Coleção "Mémoires de photo-interprétation". Paris. 1970, 92 pp., 44 cartas e 13 fotografias aéreas. 49 F.

A obra apresentada com esse título tem por objeto a reconstituição da topografia antiga de um setor determinado do litoral atlântico da França e a localização, sobre essa reconstituição, das paisagens, sítios e lugares indicados pelos autores antigos ou definidos pelas coordenadas geográficas de Ptolomeu.

Esse estudo proporciona dados preciosos sobre os problemas relativos às ilhas, estreitos, passagens, baías e restingas da Antiguidade. Em contacto com documentos topográficos preciosos e completos e as fotografias aéreas, essa obra constitui uma excelente base, para o estabelecimento do balanço da evolução desse litoral, desde o início da nossa era e determina a tendência evolutiva dos diversos setores costeiros.

E.S.P.

* *

*

RICHE (Pierre). — *De l'éducation antique à l'éducation chevaleresque*. Coleção "Questions d'histoire". Flammarion, Paris, 1968, 124 páginas.

Neste livro, o autor traça o esboço de uma história da educação, abrangendo o período que medeia entre os séculos V e XI, séculos que testemunharam o final do mundo antigo e os primórdios da época medieval.

Como todo trabalho desta coletânea, a primeira parte do volume consta de uma exposição em quatro capítulos, nos quais o autor periodiza a evolução da educação na época em apêço.

O primeiro capítulo versa sobre a educação antiga e de como sobrevivia ainda nos séculos VI e VII, além de uma análise sobre as características da educação romana e o papel da Igreja católica.

No capítulo seguinte, Pierre Riché mostra como a escola antiga vai desaparecendo em função das novas aspirações que surgem, dando lugar à escola monástica, na qual, lentamente esfumam-se o espírito do mundo antigo — as fábulas da época clássica seriam substituídas pelas máximas do Livro dos Provérbios e pelas histórias bíblicas.

Aos poucos, os monges transformariam os métodos pedagógicos da Antiguidade.

O terceiro capítulo é dedicado ao período carolíngio, geralmente considerado a idade de ouro das escolas e dos educadores de então.

Os séculos X e XI estão representados no capítulo quarto, que assinala como, em um Ocidente em pleno desenvolvimento do regime feudal, a cultura não fôra totalmente esquecida, e as escolas reviviam com vigor quando as circunstâncias políticas o permitiam.

Mercê do tema que se propôs estudar, pôde o autor enunciar problemas que interessam à História e aos estudiosos e que pelas controvérsias que suscitam, despertam viva atenção: — em que época exatamente teria desaparecido a escola antiga? Que relações teria a cultura pagã e a cristã nos programas de educação? Seriam os leigos instruídos ou não? Qual a influência que teriam tido a educação judia e muçulmana sobre a cristã?

Relacionando tais indagações, apresentou Riché esclarecimentos sobre as mesmas, em comentários que, baseados em outros trabalhos, expõem o estado atual de tais questões.

O mérito do autor, que pelas obras já publicadas revela-se um especialista da época medieval, reside na tentativa de desfazer a noção preconcebida e tantas vezes divulgada do obscurantismo que teria caracterizado a Idade Média. Em geral, quando se evoca a educação nesse período é para se condenar os “métodos medievais” de pedagogos mais propensos a impor autoritariamente o seu saber do que em formar jovens espíritos.

Os textos entretanto relacionados na segunda parte do livro, evidenciam a saciedade que os contemporâneos dos tempos reputados “bárbaros”, preocuparam-se com os problemas pedagógicos e tentaram dar-lhes uma solução.

SUELY ROBLES REIS DE QUEIROZ.

* *
*

LINS (Ivan). — *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Livraria Civilização Brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro. 1970. 388 pp.

Em plena época cientificista, contrariando a tendência generalizada de denegrir a Idade Média (a “noite de mil anos” de Michelet, a *dark age* dos autores ingleses), Augusto Comte procedeu a uma verdadeira reabilitação de tão caluniado período da História. Posteriormente, os estudos de Pirenne, Calmette, Buehler e outros grandes medievalistas lançaram novas luzes sobre os estudos históricos e, hoje, ninguém mais, em sã consciência, seguiria a cartilha dos caluniadores do século passado. Antes, o que se procura ver na Idade Média é o seu sentido de transição, de “elaboração” de um mundo novo (não é este, por acaso, o título de um dos livros que Calmette?). É este, também, o sentido que Ivan Lins procura dar à sua interpretação da Idade Média. Seu livro resultou de uma série de conferências proferidas em 1938 na Academia Brasileira de Letras e no Automóvel Clube do Brasil. Publicado pela primeira vez naquele mesmo ano, alcança agora a quarta edição, “com poucas modificações do texto primitivo, quase tôdas apenas atinentes à forma”. Apresentando esta nova edição, escreveu Francisco de Assis Barbosa os tópicos que julgamos oportuno transcrever: “Obra de sábio, um panorama majestoso de um época equívocadamente considerada obscurantista. Ivan Lins empreende a reavaliação do material humano e cultural da Idade Média. Não pense o leitor que se trata de livro de leitura difícil, maçudo, pretensioso e hermético. Nada disso. O que há de admirável nele é que, na restauração de todo o medievalismo, pedra por pedra, com sólida argamassa, areia e cal da mais pura erudição histórica e filosófica, a Idade Média se levanta num painel de contornos límpidos, menos para o deleite dos iniciados, mais para a compreensão sobretudo de jovens de estudantes e mesmo daqueles sem qualquer discriminação de ordem cultural que desejarem possuir uma visão não estática mais dinâmica, ampla e correta, sobre matéria tão vasta e controvertida. A característica fundamental deste livro — nunca será demasiado encarecê-lo — reside na total e absoluta isenção com que o tema é tratado, além do profundo conhecimento do assunto, oferecendo Ivan Lins uma imagem tanto quanto possível verdadeira da outrora malsinada e ainda sempre desconhecida Idade Média”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *

*

BRÉHIER (Louis). — *Le monde byzantin. I. — Vie et mort de Byzance. II. — Les Institutions de l'Empire byzantin. III. — La Civilisation Byzantine.* Éditions Albin Michel. Coleção “L'Évolution de l'Humanité”. Paris. 1970. 3 volumes. 640+636+623 pp. 36 F. os três volumes.

Trata-se da 2ª edição dessa excelente obra de Louis Bréhier, na mesma editora, na mesma coleção, mas desta vez em tamanho de bolso. Ao texto primitivo foi acrescida uma bibliografia suplementar das obras aparecidas desde 1949 (1ª edição) até 1970, da autoria de Jean Gouillard.

A história de Bizâncio foi uma “experiência sociológica” que durou um milênio. Ela podia ter durado muito mais se o seu absolutismo, baseado no exército, não tivesse conduzido êsse Império à catástrofe.

Bizâncio tinha uma missão espiritual: a de fazer reinar o Cristianismo sobre tôda a terra. E, si o imperador não era mais, como em Roma, um deus, prestava-se-lhe, entretanto, um culto como um eleito de Deus. O soberano era envolvido no Palácio, por uma Administração, que, apesar de muitas ocupações fúteis e custosas, governava o Império, às vêzes de maneira notável. Louis Bréhier no I volume tratou de tôda a história política de Bizâncio até a sua queda. No II volume consagrou capítulos muito bem documentados sobre os grandes Serviços do Estado: justiça, finanças, diplomacia, correio imperial, exército, marinha. Em tantos séculos, os costumes políticos muitas vêzes se transformaram — e nem sempre no bom caminho...

O papel e o estatuto, tão importante, da Igreja em Bizâncio foram examinados. Podemos acompanhar a sua evolução até a expansão monástica dos últimos séculos, que foi também uma das causas da queda do Império com a criação de Igrejas nacionais.

No III volume Louis Bréhier apresenta a vida material e a vida intelectual sob todos os seus aspectos. Podemos acompanhar a vida familiar bizantina do “nascimento até sua morte”, graças às vivas descrições da habitação, dos costumes, das cerimônias e de todos os refinamentos dessa civilização evoluída. Podemos ver a metrópole com seus palácios, suas igrejas, seus quarteirões ricos ou miseráveis, seu famoso hipódromo. Visita-se as cidades da província, toma-se conhecimento da vida rural, assim como das indústrias de luxo, inclusive a da tecelagem da sêda.

Depois o Autor descreve o alto nível da literatura, onde todos os gêneros foram cultivados. A gênese da evolução da arte, da arquitetura, do célebre mosaico, da pintura, são examinados pormenorizadamente. E Louis Bréhier mostra a imensa parte que cabe à cultura bizantina no Renascimento do Humanismo ocidental. É obra que se recomenda muito especialmente aos nossos alunos de História Medieval.

E. S. P.

* *
*

PINHO (Clemente Segundo). — *Santiago de Compostela na fé e na cultura. Língua e religião*. Lisboa. 1965.

Êstes dois opúsculos constituem separatas da *Revista de Portugal*, vol. 30, Lisboa, 1965. No primeiro, o ilustre professor da Faculdade de Filosofia de Araraquara estuda o papel “na fé e na cultura”, de Santiago de Compostela, “o mais frondoso centro de peregrinações medievais, equivalendo a Roma e Jerusalém, na atração das multidões de todos os quadrantes”. No segundo trabalho, o autor cuida de alguns exemplos expressivos do condicionamento histórico-cultu-

ral da evolução lingüística, como instituição social. “Tal como a arte — lembra o Professor Pinho — a língua, guarda independência da religião ou pode estar a ela intimamente associada. Conforme o sentido interno de segurança, uma religião pode adotar as novas formas propostas pela moda, ou ignorar a revolução estética, ou reagir, ressuscitando ou revalidando velhos padrões. (...) De início ou nos períodos de renovação, as religiões tornam-se instrumentos de notáveis progressos estéticos, mas quando são aceitas, cristalizadas nos seus cânones, relativamente imutáveis, tornam-se conservadoras. Qualquer inovação é uma heresia. As formas estéticas como a linguagem se cristalizam em padrões cíclicamente estáticos. A linguagem ritualística exige, muitas vezes, até mesmo uma correta inflexão tonal, não pode jogar nem com a sinonímia. As igrejas vivas, no entanto, se adaptam, renovam-se interna e externamente. A tendência das religiões organizadas é, contudo, tornarem-se arcaizantes. Tal misonismo se apresenta no terreno moral, estético, lingüístico, político”. No que tange à expressão lingüística é o que o autor procura demonstrar, ao longo de mais de cinquenta pequenos tópicos, todos de grande erudição e de grande interesse não apenas para a lingüística, mas igualmente para a história da Igreja e das religiões em geral.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* * *

*

MOLLAT (Michel). — *Genèse médiévale de la France moderne (XIV-XVe siècles)*. Librairie Arthaud. Paris. 1970, 395 pp. 182 ilustrações.

O Autor, professor da École Pratique des Hautes Études (Sorbonne), é medievalista bastante conhecido. Tem se distinguido também como o grande impulsionador dos Congressos Internacionais de História Marítima. Portanto, um livro de Michel Mollat é sempre recebido com satisfação.

Quando acaba a Idade Média? Quando começa a Europa moderna? Essas são as perguntas iniciais que fazemos ao terminar a leitura do livro em apreço. As divisões cronológicas da História são meras convenções pedagógicas e variam de país para país. Todas as características da medievalidade e da modernidade caracterizam a França dos séculos XIV e XV. Obra examina a história da França nesse período, em que as características estão misturadas, onde as discordâncias não são excluídas e os contrastes são bem visíveis.

Entretanto, o desastre da Guerra dos Cem Anos gerou a nação. O desenvolvimento do Estado francês só desabrocha no final de uma evolução em que os momentos mais sombrios e mais baixos correspondem à guerra civil. O recuo demográfico, acentuado pela Peste de 1348, foi compensado lentamente no século XV. Um esforço, sem cessar renovado, acabou por triunfar de uma longa depressão conjuntural. A mais profunda e mais desprezada miséria está lado a lado com a riqueza e o mundanismo. Profundamente perturbadas, as consciências evoluíram, apesar de tudo, para uma religião mais personalizada. No mesmo ritmo as inteligências se orientam para novas soluções, sempre guiadas pe-

las vias racionais da lógica. As fôrças estéticas, que acreditavam ter esgotados os recursos da inspiração “gótica”, procuram novas fórmulas rejuvenescidas pela Renascença italiana.

Ao texto foi acrescentado uma importante bibliografia, quadros cronológicos e genealógicos e, sobretudo, uma rica iconografia (182 documentos). Tudo isso torna o livro bastante agradável e útil para os que se iniciam nos estudos medievais. Recomendamos, pois, a sua leitura.

E. S. P.

* *
*

LIPINER (Elias). — *O judaizantes nas Capitanias de Cima*. — Editôra Brasiliense. São Paulo. 1969. 226 páginas.

Com êsse sugestivo título o senhor Elias Lipiner oferece aos estudiosos importantes elementos para a reelaboração de nossa história social e para a elaboração de uma história da espiritualidade, campo ainda inédito na historiografia brasileira.

Apoiado nos textos inquisitoriais publicados, das *Confissões* e *Denúncias* feitas ao Santo Ofício na Bahia e em Pernambuco no fim do século XVI e início do século XVII, o A. procurou delinear sentimentos dos indivíduos e traços da psicologia coletiva. Além disso, fixou cenas do cotidiano, propôs vários problemas de ordem social, econômica e política da vida da Colônia.

Nos seis primeiros capítulos do livro procurou o A. pintar a sociedade das capitanias da Bahia e de Pernambuco ao tempo das *Visitações* da Inquisição Portuguesa: o ambiente de inquietação que se instalou ao ser difundida a notícia da chegada do 1º Visitador, a resistência dos cristãos-nôvos aqui estabelecidos à ação preventiva e repressiva do Santo Ofício, o incentivo que a Inquisição dava à vigilância social, o atrativo que as terras onde imperava a liberdade de crença exercia sobre os judeus, e os problemas da censura intelectual.

Nos sete capítulos finais, o A. passa à história biográfica: processos que no Santo Ofício sofreram os Antunes, os Lopes, os Fernandes, João Nunes e Bento Teixeira.

Dêses capítulos emerge uma série de problemas do maior relêvo para a compreensão da vida colonial. Um exemplo: a assimilação dos grupos cristão-nôvo e cristão-velho, que contém, no seu substrato, o sincretismo judaico-cristão. Infelizmente não foi levada em consideração a diferença entre o cripto-judeu e o cristão-nôvo, nem a essência da espiritualidade jesuítica, chave de explicação da tolerância que tiveram, no Brasil, os filhos de Santo Inácio com as idéias e comportamentos sociais dos vários grupos inclusive o hebraico.

A exagerada sensibilidade diante das questões religiosas foi no livro apontada como a explicação para muitos comportamentos diante do Santo Ofício.

Também à divergência de cristãos-nôvos e cristãos-velhos diante do conceito de honra foi anotada sem as conotações de maior ou menor abertura de ambos os grupos à cultura vigente na Metrópole.

No 3º capítulo, sob o sugestivo título “Espreitando por um buraco da porta” foi mostrado o incentivo que a Inquisição deu à vigência da vida alheia. Apareceram aí *flashes* da atmosfera provinciana, e a sugestão da existência de resíduos do Judaísmo nas feitiçarias, o que nos parece abrir novas perspectivas de investigação num tema que vem ocupando — principalmente depois dos trabalhos de Robert Mandrou — lugar de destaque na história das mentalidades.

No capítulo sôbre a Censura Intelectual duas observações podem induzir a trabalho de investigação: a identificação dos livros profanos como anti-cristãos, e o temor que os missionários teriam da invasão da “esfera sacramental pela vida profana” uma vez que o clima reinante era o tridentino (no qual se insere a raiz da censura) e tal clima previa e requeria, ao que se sabe, o trabalho unísono de eclesiásticos e leigos.

Absolutamente pertinentes as observações feitas no capítulo “Genealogio” sôbre a omissão de nomes judaicos das genealogias e dos registros nobiliárquicos que vêm dificultando os estudos demográficos.

Lamentamos apenas que a falta de manuseio dos processos inquisitoriais tenha, em alguns pontos, prejudicado a história biográfica tentada pelo A. como índice de explicação do social. Talvez por isso João Nunes tenha aparecido “como bode expiatório do ódio popular contra arrematadores e onzeneiros” e nisto está explicada sua absolvição. Talvez pelo mesmo motivo tenha sido negada a Bento Teixeira a condição de poeta, e tenham sido incluídos no trabalho certos lugares comuns advindos da *leyenda negra* que envolve o Tribunal da Fé, como por exemplo a do “ambiente de pavor e solenidade durante as sessões de cruéis e teatrais tormentos” ou o do “empenho do Santo Ofício em confiscar os bens transferidos clandestinamente por judeus fugidos da Inquisição de Portugal para a Colônia”.

Mas isso em nada desmerece o valor do livro do senhor Lipiner, que dá uma quantidade enorme de sugestões de trabalhos dentro da mais atualizada orientação histórica.

SÔNIA APARECIDA SIQUEIRA.

* *

*

ARBELLOT (Guy). — *La cartographie statistique automatique appliquée à l'histoire. Une expérience sur 332 villes et villages de Haute-Champagne aux XVIIe et XVIIIe siècles.* S. E. V. P. E. N. Publicação da École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques. VIe Section. Paris. 1970. 112 pp. Preço: 34 F.

Tendo por quadro o norte do Departamento de Haute-Marne, situado na antiga Generalidade de Châlons-sur-Marne, este inquérito utiliza toda a documentação estatística existente sôbre essa região nos séculos XVII e XVIII.

O processo automático, inteiramente novo, que foi adotado, permitiu uma representação cartográfica abundante da população e da agricultura locais. Da confrontação das diversas cartas observadas surge uma regionalização refletindo bem a variedade dessa parte marginal da Champagne no fim do Antigo Regime.

E. S. P.

* *

*

CHAUSSINAND-NOGARET (Guy). — *Les financiers de Languedoc au XVIIIe siècle*. Coleção "Affaires et gens d'affaires". Publicação da École des Hautes Études. VIe Section. S. E. V. P. E. N. Paris. 375 pp. 48,00F.

História econômica e social de um grupo regional de financistas do Ancien Regime. Do ministério de Colbert à queda de Choiseul constituiu-se e triunfou uma finança "clássica" que administrou o fisco e dirigiu a economia: com efeito, os grandes tesoureiros e os arrendatários gerais dos impostos (*fermiers généraux*) tornaram-se os empresários gerais do Reino de França.

Entretanto, depois de 1770, a idade de ouro dos financistas chegou ao seu fim. Essa limitação de sua competência resultou:

1º — das primeiras brechas de um capitalismo mais complexo do que aquele que eles tinham representado e de uma especialização cada vez mais exclusivista;

2º — de uma modificação do seu comportamento econômico e social.

Eles ambicionavam desempenhar, bem além da Intendência, um papel decisivo nos negócios do Estado. Sua vontade de poderio, alimentada pelo hermetismo maçônico, fracassou. A crise financeira e a Revolução não são as únicas responsáveis por isso: paralisados por ataques dos mais diversos, premidos entre sistemas de valores contraditórios, não souberam definir nem um pensamento, nem uma atitude coerente, daí o seu fracasso.

E. S. P.

* *

*

GRILLON (Pierre). — *Un chargé d'affaires au Maroc. La correspondance du consul Louis Chénier (1767-1782)*. Coleção "Affaires et gens d'affaires". Publicação da École des Hautes Études. VIe Section. S. E. V. P. E. N. Paris. 2 volumes. 1073 pp. 143,00 F.

Louis Chénier, o pai de André e de Maria-Joseph, foi cônsul geral e encarregado de negócios da França no Marrocos durante o reinado de Sidi Mohamed ben Abdllah. Sua correspondência oficial, agora publicada pela primeira vez, com uma introdução histórica, um índice e notas, compreende muitas centenas

de despachos, assim como um certo número de memórias e documentos diversos do mais alto interesse. Essa correspondência nos apresenta, dia a dia, os múltiplos aspectos da vida no Marrocos do século XVIII: o soberano e sua côrte, seu governo despótico, seus pachás ávidos, as tribos turbulentas do Atlas, Fez ao mesmo tempo devota e libertina, e, em primeiro plano, os célebres corsários de Salé, junto dos quais o cônsul tinha estabelecido sua residência para melhor vigiá-los em suas atividades. Essa publicação constitui, seguramente, uma contribuição das mais preciosas para a história do Marrocos dessa época.

E. S. P.

* *
*

FERREIRA (Tito Lívio). — *História de São Paulo*. Gráfica Biblos. São Paulo. s. d. (1968). 2 volumes.

Abalçando-se a escrever uma História de São Paulo, teve em mente o Autor, antes de qualquer outra cousa, preencher uma lacuna, e das maiores, na bibliografia histórica brasileira, qual seja a ausência de uma obra que abrangesse tôda a evolução de nosso Estado. Monografias históricas sôbre o passado paulista existem muitas, e algumas valiosíssimas, sendo de justiça a indicação dos nomes de Alcântara Machado, Washington Luís, Alfredo Ellis Júnior, Afonso de Taunay, Aureliano Leite, Mario Neme, Leite Cordêiro, Leonardo Arroyo, Emilia Viotti da Costa, Maria Tereza Petrone, o próprio Tito Lívio Ferreira e tantos outros, que longe iria a lista, se a todos citássemos... Mas uma História completa, ou o menos incompleta possível, é esta a primeira a aparecer, excluído, é claro, o “Quadro histórico” do Brigadeiro Machado de Oliveira ou os manuais de Tancredo do Amaral e de Rocha Pombo. Nota publicada em “O Estado de São Paulo” por ocasião do aparecimento da obra, apreciou-a convenientemente, razão pela qual julgamos oportuno transcrevê-la em alguns trechos: “Verdadeiramente compacta, esta nova reconstituição da história paulista abarca todos os episódios e acontecimentos mais significativos que assinalam a evolução do primitivo burgo de Piratininga à trepidante metrópole dos nossos dias. Pode-se dizer que não há assunto suficientemente interessante que aqui não tenha sido contemplado. A obra civilizadora dos jesuítas, a epopéia dos sertanistas, a fundação de São Paulo e do Rio de Janeiro, as origens do bandeirismo, a gênese das primeiras vilas, o reconhecimento do território, as questões de fronteiras com a América espanhola, a aclamação de Amador Bueno, os Pires e Camargos, a sociedade bandeirante, a guerra dos emboadas, todos os fatos importantes da evolução histórica de São Paulo são analisados em profundidade nesta obra, cujo primeiro volume encerra-se com estudos sôbre o ouro do Cuiabá, a questão dos Sete Povos das Missões, a extinção e restauração da capitania. Idêntica densidade de matéria encontra-se no segundo volume, o qual abrange de meados do século XVIII à revolução constitucionista de 1932. Aqui também a variedade dos temas é de molde a não deixar dúvida sôbre a capacidade de perquirição do

autor. Os fatos relacionados com a defesa das fronteiras, com a economia, o comércio, a indústria, com a independência, a monarquia, a república, a vida social, o ensino público, as letras e artes, o espírito bandeirante e os principais aspectos da psicologia social dos lusopaulistas, além de muitos outros temas de interesse, são reunidos e estudados de forma a oferecer ao leitor uma ampla e iluminada visão global da evolução da comunidade paulista nos seus quatro séculos e meio de existência”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* * *

*

CABRAL (Oswaldo Rodrigues). — *História de Santa Catarina*. Secretaria de Educação e Cultura. Florianópolis. 1968. 430 pp.

Seguindo o exemplo de quase todos os Estados do Brasil (e São Paulo é uma das poucas exceções), Santa Catarina incluiu a história estadual nos currículos de ensino primário e médio. (São Paulo continua sendo o Estado que menos estuda a sua história...). Visando a esse objetivo, foi que o Professor Oswaldo Rodrigues Cabral, conhecido historiador catarinense, elaborou o presente livro, editado oficialmente pelo governo de seu Estado. O autor já é nosso conhecido. Ocupamo-nos dele ao tratar de seu primeiro livro, também sobre a história da terra “barriga verde”, publicado na coleção “Brasília”. Não relutamos em considerá-lo talvez o melhor trabalho, dentre os que conhecemos, sobre a história de qualquer unidade estadual. Foi publicado em 1937, e ainda hoje, mais de trinta anos decorridos, satisfaz ao mais exigente leitor. Neste novo volume, o objetivo do autor tendo sido outro, compreende-se que seu plano seja também diferente, embora, particularmente, preferíssemos o primeiro. Na preocupação de tornar seu livro o mais atual possível (e por isto responde o objetivo que o mostrou), o autor talvez o tenha sobrecarregado com excesso de informações, todas valiosas, sem dúvida, mas certamente pouco condizentes com a natureza didática do volume. Importantes afiguram-se-nos os dados relativos ao povoamento do interior do Estado, de maneira a permitir a reconstituição de verdadeiros itinerários de penetração, a partir da segunda metade do século passado. Já no primitivo livro de 1937, estes assuntos relativos a povoamento e colonização ocupavam boa parte do volume, o que levava um homem como o Professor Pierre Monbeig, sempre interessado em problemas de frentes pioneiras, a valorizar bastante o trabalho do autor catarinense, que o autor destas notas teve o prazer de conhecer em Florianópolis, em 1940, quando ali se reuniu um Congresso Nacional de Geografia. Lembramo-nos, ainda, da excelente conferência que Oswaldo Cabral então proferiu sobre a evolução histórica de seu Estado.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *
*

FISHER (J. R.). — *Government and Society in Colonial Peru. The Intendant System (1784-1814)*. University of London. Athlone Press. 1970. 289 pp. Preço: 75 s.

Esta obra estuda a estrutura do govêrno e da sociedade no Perú colonial. Está baseada num minucioso exame do sistema da administração pelos intendentes no Vice-reinado do Perú, introduzido em 1784, parcialmente em resposta às solitações do governo provincial, premido pela rebelião de Tupac Amaru.

O Autor examina as relações entre os intendentes e os outros grupos da administração, e esmiúça as implicações revolucionárias da sua tentativa de estimular a vida e o govêrno municipal. Particular atenção foi dispensada às condições dos índios, visando principalmente melhorar as rendas reais, e a exploração do potencial econômico do seu território. Novas luzes foram lançadas sôbre a crescente instabilidade política e administrativa do período compreendido entre 1808 e 1814, devido a aplicação, no Vice-reinado, da Constituição de Cadiz.

A obra é bastante interessante e recomendamos a sua leitura aos nossos estudantes de História da Civilização Americana.

E. S. P.

* *
*

PEÇANHA (Celso). — *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*. Livraria. Civilização Brasileira Editôra. Rio de Janeiro. 1969.

Fui educado no respeito, na admiração, quase diria no culto, a dois grandes brasileiros do período republicano: Alberto Tôrres e Nilo Peçanha. Do primeiro, meu pai foi amigo afeiçoado e, numa época em que era hábito ornamentar as salas de visitas com retratos de parentes e amigos, recordo que nossa modesta casa em que passei a infância ostentava belíssimo retrato do grande pensador fluminense. De Nilo, foi correligionário político na sua única, rápida e não muito feliz passagem pela política. Isto ainda no oeste fluminense, uma área onde o prestígio de Nilo, pelo menos a princípio, não era muito grande, o que talvez o tivesse tornado ainda mais nilista, pois chegava a dizer que muito havia brigado por Nilo, em Vassouras e em Barra Mansa. Conservou até o fim da vida profunda admiração pelo político campista e mesmo quando as contingências da sorte fizeram com que se transferisse para o meio-oeste paulista, continuou sempre acompanhando com entusiasmo as lutas políticas, nem sempre muito pacíficas, da velha terra fluminense. Profetizava freqüentemente que um dia fariam justiça a Nilo. E não seria eu, garoto que apenas engatinhava na artinha da História, que iria entender a sua tão reclamada justiça a Nilo.

Foi pena que meu progenitor não tivesse vivido o suficiente para conhecer os dois livros que, de uma década para cá, apareceram sobre o herói da “Reação republicana”: o de Brígido Tinoco (Rio de Janeiro, José Olímpio, 1962) e, mais recentemente, o de Celso Peçanha (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969).

Livros que se completam. Enquanto Tinoco cuidou mais da biografia, Peçanha preocupou-se mais com o pensamento, com as idéias. Para ambos, entretanto, Nilo “foi genial exemplar político da história republicana”. O biógrafo examina-o sob todos os ângulos, em seu livro decorrendo, com a mesma intensidade, a vida particular e a vida pública do eminente brasileiro.

“A ascendência, a infância, os primeiros pendores, os impulsos do coração, o anedotário, os lances emocionantes da trajetória do estadista”, tudo isso figura nas páginas de seu livro, composto à base de “comentários pormenorizados, e, sobretudo, honestos, de testemunhos insuspeitos, que ensinam reconstituição histórica, rigorosa e exata”. O autor, não obstante a emoção com que escreve e a profunda amizade que o liga à família de seu biografado, não sacrificou a verdade para conduzi-lo a planos inatingíveis. Não. Seu Nilo é o homem, com todas as fraquezas e virtudes. Copiosa correspondência, até então desconhecida do público, documentos inéditos, muitos fornecidos pela viuva de Nilo, dão ao sr. Brígido Tinoco, distinto parlamentar fluminense, uma base documental indispensável para a reconstituição não só da trajetória política de Nilo, mas do ambiente em que ele atuou. Publicado há oito anos, causou-me estranheza que seu livro não tivesse maior repercussão e tivesse sido tão pouco utilizado pelos que, no momento, vêm se interessando pela história da República.

O sr. Celso Peçanha, sabendo já da existência de uma excelente “vida de Nilo Peçanha”, pouco se preocupou com ela. Apresentando o seu volume, o sr. Barbosa Lima Sobrinho apressa-se em informar ao leitor que novo livro não é uma biografia. Embora contenha, como é natural, datas e referências biográficas, dedica-se “ao estudo das idéias, das doutrinas, da pregação de Nilo” para conduzir o leitor ao que se poderia chamar uma “atualidade de Nilo”, a justeza e a inspiração de sua palavra, a necessidade de sua presença nas cousas que ainda preocupam o Brasil. Vai além: “É como se Nilo voltasse a falar e a influir, para tornar a servir ao Brasil, com o empenho de propagandista da República e com a visão de um estadista, que conhecia os problemas e as necessidades de seu povo”. Da pena quem, há pouco, escreveu reclamando a “presença de Alberto Torres”, e significativo reclamar, agora, a presença de Nilo. O livro do sr. Celso Peçanha poderia ter este título. Um e outro, embora nem sempre lutassem juntos, estão sendo redescobertos. Mas o sentido de redescoberta e de presença está no próprio título que o sr. Celso Peçanha escolheu para o seu volume: “Nilo Peçanha e a revolução brasileira”. A análise que faz do grande fluminense, não obstante o entusiasmo e as relações de parentesco, lembra, ainda, o sr. Barbosa Lima — “consigue ser lúcida, documentada, esclarecida, sobretudo quando demonstra as relações entre o ideário de Nilo e as reivindicações do que ele denomina de “Revolução brasileira”, como síntese de pleitos perduráveis, no combate a estruturas opressoras”. Aliás, o Autor, político militante, inclusive como governador de seu Estado, com uma vivência e uma carreira das mais brilhantes, sente,

ainda hoje, problemas que preocuparam seu grande parente, e que estavam, por isso mesmo, no íntimo do pensamento de ambos. Tanto isto é exato, que é próprio quem confessa que “viveu permanentemente a idéia de escrever um livro sôbre o menino da padaria que ascenderia à presidência da República e que foi o vulto mais significativo da vida pública fluminense”.

Circunstâncias várias levaram o autor a adiar sua tarefa. Foi melhor. As transformações por que tem passado e ainda por muito tempo há de passar o país, sòmente serviriam para convencê-lo da “atualidade de Nilo”. Há vinte anos, seu livro talvez fôsse uma simples biografia de Nilo, sem muitas condições para sugerir à mocidade, que luta por reformas estruturais, que se inspirasse na vida do político fluminense, visto hoje como “o bravo lutador que rompeu o século, e, em sua madrugada, se empenhou na batalha, que é ainda a de todos nós: a libertação econômica do país”, da qual êle foi um dos animadores, “um João Batista a apontar os erros de nossa política, a convocar as gerações coevas e porvindouras para aceitar o repto dos tempos e a pregar confiança no porvir do Brasil”.

No seu nilismo apaixonado, meu pai — permitam-me mais esta referência íntima — costumava dizer que Nilo seria o único capaz de salvar a República... Certamente não era o único. Mas era um dos poucos. A época em que organizou a “Reação republicana” foi — não por simples coincidência — a época em que começou o processo revolucionário que culminou na revolução de 1930, hoje novamente interpretada à luz de uma penetrante análise social e econômica. A participação das classes armadas, poderoso fator de integração da classe média na vida política do país, reestudada sob um prisma mais objetivo, permite-nos hoje ver no exército um dos grandes responsáveis por aquela “Salvação” da República a que se aludiu. Curioso! A República não tinha ainda quarenta anos quando acharam que ela precisava ser salva... O dia em que se fizer uma história do pensamento republicano no Brasil (e para tanto excelentes contribuições já têm sido publicadas nestes últimos anos) a participação de Nilo há de ser ressaltada em tôda a sua plenitude, como pioneiro de muitas reformas, sem subversão e sem terrorismo, que são as reformas que efetivamente se concretizam. Era êle próprio quem condenava a violência, da qual foi vítima em mais de uma ocasião, mas nunca praticou em ocasião alguma. Sua linguagem, que os adversários consideravam “demagógica”, era apenas aquela que ia diretamente aos anseios do povo, sem levá-lo a destruir a ordem existente, sem o desrespeito e sem vilania. Era aquela “demagogia” que só se preocupava em destruir alguma coisa quando já existisse outra pronta para substituí-la. Por isto mesmo é que sua palavra atingia o povo, pois “sempre foi buscar no seio do povo sugestões e estímulos para corresponder à sua confiança”. Tendo sido o que se poderia chamar de *self-made man*, “esta circunstância tornou-o apto a expressar o sentimento das camadas menos favorecidas das classes emergentes, de 1891, quando se inicia na vida pública como deputado à Constituinte, até 1924, quando faleceu, após exaustiva campanha em que deu o grito para a proclamação de uma nova República”. Daí também o carinho e a simpatia que, durante tôda a vida, o povo lhe tributou, identificando-se com êle e vendo nas suas vi-

tórias uma reação democrática contra os restos da nobreza e as novas oligarquias. Às vezes com exemplos pequenos, mais significativos. Guardo em meu arquivo preciosa carta de bom amigo, já octogenário, antigo morador de Itú — O sr. Paulo Afonso da Rocha Pinto — narrando-me curioso episódio político local, da velha cidade paulista, que poderia ter tido funestas conseqüências, mas que foi, finalmente, abrandado por um simples telegrama cifrado, assinado apenas por “Maior rio da África” (Não seria necessária argúcia para descobrir que êste pseudônimo ocultava o homem da “Reação republicana...”). O resultado, segundo ainda o mesmo depoimento, foi que aquilo que redundaria certamente num lamentável conflito de “política de aldeia”, terminou em verdadeira apoteose a Nilo e à Reação Republicana... Numerosos outros episódios poderiam ser citados. Em suma, é a “presença” de Nilo, e é esta presença ou atualidade, que sentimos no livro do sr. Celso Peçanha, indispensável para quem se interesse pela História da República.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *
*

AZEVEDO (Aroldo de). — *Arnolfo de Azevedo, parlamentar da primeira República*. Companhia Editora Nacional (Col. “Brasiliana” nº 346). São Paulo. 1968 610 páginas.

Longe de uma simples biografia de seu progenitor (o que já seria importante), escrita “sem floreios e com um mínimo de imaginação”, o que o Professor Aroldo de Azevedo nos oferece neste volume é uma excelente contribuição à história política e social do período republicano. Tal como no caso de seu livro anterior (*Cochranes no Brasil*), o autor utilizou rico e precioso arquivo de família, fonte pouco freqüente na pesquisa histórica no Brasil. Daí o interesse de seu trabalho que as simples fontes oficiais não lhe permitiriam escrever. “Biografia de tipo inglês”, classificou-a o apresentador do volume e diretor da coleção em que foi incluído, para advertir que os que procuram nas biografias não somente os fatos políticos sensacionais, mas as minúcias reveladoras do modo de vida de uma sociedade, encontrarão nesta obra páginas ricas de mananciais, espelho fiel da vida de um político da chamada “república velha” que, após a revolução de 1930 recolheu-se decidida e irremovivelmente a uma “apagada e austera tristeza”, em sua modesta e inatável vida privada. Dela vem tirá-lo, agora, o carinho filial de Aroldo de Azevedo num livro que será doravante colocado ao lado dos que foram escritos sobre Joaquim Nabuco, Eptácio Pessoa, Afrânio de Melo Franco, Nilo Peçanha, entre outros, todos indispensáveis para o conhecimento da vida brasileira nos primeiros anos da vida republicana.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *
*

LAMBERT (Jacques). — *América Latina: estruturas sociais e instituições políticas*. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 1969. 435 pp.

A América Latina, contrapondo-se à América Anglo-Saxônica, constitui uma realidade geográfica e sócio-econômica altamente complexa. Se não bastasse a variedade atual, ela apresenta uma diversidade evolutiva em suas unidades políticas que torna temerária a elaboração de qualquer síntese abordando essa extensa área continental.

Se a tarefa é temerária, não é impossível. É o que nos ensina Jacques Lambert que se empenhou na tarefa de apresentar a *América Latina: estruturas sociais e instituições políticas*, na qual o leitor se sente perfeitamente recompensado. O autor, já conhecido do público brasileiro através da magnífica obra *Os dois Brasis*, continua a demonstrar sua argúcia e profundo conhecimento do mundo latino-americano.

A América Latina constitui um território com vistas voltadas para o futuro, onde a “arrancada” está para se produzir, pois “terras e recursos minerais existem; a população que ainda falta multiplica-se com bastante rapidez; a vontade de desenvolvimento econômico e social dos governos tem se afirmado intensamente a partir da Primeira Guerra Mundial e já produziu importantes resultados no Brasil, no México, no Chile e na Argentina”.

Baseando-se nas características das estruturas sociais e econômicas da América Latina, montadas a partir da fase colonizadora, e no desenvolvimento recente, Lambert distinguiu a seguinte tipologia: países já desenvolvidos (Argentina, Uruguai e Chile); países desigualmente desenvolvidos (Brasil, Colômbia, Venezuela e México) e países subdesenvolvidos (Paraguai, Bolívia, Perú, Guianas, Nicaragua, Honduras, Guatemala, El Salvador, Haiti e República Dominicana). Para os casos de Costa Rica, Panamá e Cuba usou a denominação de “situações aberrantes” por seus contrastes, instabilidade de dados e absoluta impossibilidade de previsões.

Muitas das características sociais e políticas têm seus fundamentos na estrutura fundiária, com a instalação desde os primórdios dos latifúndios (“grandes propriedades exploradas por métodos arcaicos e parcialmente explorados”) que, propiciando a justaposição entre o poder econômico e o poder político, trouxe para a América Latina sintomas medievais. Analisando com precisão a função sócio-econômica dessa categoria de propriedades rurais, o autor demonstra como e porque tal tipo de regime econômico de terras pôde retardar a evolução social e como é urgente a concretização das reformas agrárias que de há algum tempo mormente a partir da década de 50, vem sendo tentadas.

A vida política insere-se num contexto de conturbações, contradições e instabilidade. Mas a generalização extensiva é perigosa, quer no tocante às durações (alguns países tem tido longos períodos de estabilidade política), quer no que tange às comparações entre os países. Comparativamente, o autor assinala que “englobar num mesmo julgamento a vida política do Chile ou do Brasil e a

da Bolívia ou do Haiti é tão legítimo quanto fazê-lo em relação à Inglaterra e aos países escandinavos, por um lado, e os países balcânicos, por outro”. Tais instabilidades políticas tem suas causas no processo de desenvolvimento. As revoluções e regimes autoritários, sobretudo militares, atualmente caracterizam em todo o mundo os países em desenvolvimento, “cuja estrutura econômica e social arcaica se transforma rapidamente sob a influência das técnicas e das ideologias emprestadas a países mais adiantados”.

O estudo das forças políticas e dos partidos ocupa grande parte da obra e surge como a melhor tratada. Desde as forças políticas do passado (coronelismo, caciquismo e caudilhismo) até às atuais (sindicalismo, populismo, militarismo, democracismo, etc.), tôdas as correntes são assinaladas em suas origens, funções, importância e ação atual.

A caracterização das instituições políticas encontra-se traçada de maneira satisfatória, salientando as fases de organização política até a centralização e preponderância presidencial.

Importante a assinalar é a farta documentação bibliográfica incluída no fim de cada capítulo, constituindo atual e minucioso levantamento das fontes disponíveis, guiando e ampliando o interesse para os estudos sociais e políticos do mundo latino-americano.

ANTÔNIO CRISTOFOLETTI.

* *
*

CARDOSO (Fernando Henrique) e FALETTO (Enzo). — *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Zahar Editôra. Rio de Janeiro. 1970. 144 pp.,

Escrito no Chile entre 1966 e 1967, época em que os autores trabalhavam em estreita relação com economistas e planejadores, num instituto internacional de ensino, pesquisa e assessoria à planificação, o presente ensaio procura estabelecer um diálogo sobre o desenvolvimento da América Latina, para salientar a natureza social e política do processo desenvolvimentista. Tiveram os autores a preocupação de demonstrar que “falar da América Latina sem especificar dentro dela as diferenças de estrutura e de história constitui um equívoco teórico de conseqüências práticas perigosas”. Além de uma introdução, consta a obra de cinco capítulos assim intitulados: 1. — Análise integrada do desenvolvimento; 2. — As situações fundamentais no período de “expansão para fora”; 3. — Desenvolvimento e mudança social no momento da transição; 4. — Nacionalismo e populismo: forças sociais e política desenvolvimentista na fase de consolidação do mercado interno; 5. — A internacionalização do mercado: o novo caráter da dependência.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

* *
*

HAHNER (June E.). — *Civilian-Military Relations in Brazil 1889-1898*. University of South Carolina Press, Columbia, South Carolina, 1969.

A preocupação da autora centra-se no relacionamento poder civil — poder militar, principalmente nos países em formação. Os problemas inerentes a este relacionamento evidenciam-se sobremaneira quando da transferência do poder do grupo militar para um grupo civil. Mostrar a particularidade do caso brasileiro, nas duas últimas décadas do século XIX, onde a transferência registrou-se sem comoção apreciável, é o objetivo principal do livro.

Escrito para um público norte-americano, o livro procura nos dois primeiros capítulos, fornecer um histórico do processo de substituição do regime da Monarquia para a República. Aceita como tese a participação consciente dos políticos civis, principalmente “paulistas”, visando conseguir a adesão dos militares mais graduados para o movimento republicano. Suas pesquisas fundamentadas em extensa bibliografia, — correspondência dos homens (militares e civis) envolvidos na política do país e artigos de jornais da época, — corroboram a afirmação inicial.

O trabalho constitui principalmente uma divulgação do material coligido sem chegar a renovar as interpretações correntes ou a elucidar pontos fundamentais. Mais explicitamente, a autora nos previne, por exemplo, do uso indevido do termo militar e militarismo como generalização que engloba as forças armadas. Nesse sentido preocupa-se durante sua exposição em mostrar os diversos segmentos componentes, seus encontros e divergências tanto no período imediatamente anterior como durante os primeiros anos da República. Essas divergências surgem, porém, para o leitor como lutas pelo poder, esvaziadas mesmo de caráter ideológico em determinados momentos. Alias, é sob a perspectiva das diferenças ideológicas, que desenvolve-se a análise das tomadas de posição pelos diversos grupos militares. No capítulo IV encontram-se os argumentos pró e contra o envolvimento dos militares na política, com especial destaque para a influência do Positivismo.

Esse tratamento contrasta fortemente com o que a autora dá aos políticos paulistas, cuja ação embasada em seus interesses econômicos compreende-se com bastante nitidez. Isto é verdadeiro quanto aos capítulos VI e VII, ficando bastante precioso que a oposição dos “paulistas” ao governo militar ia até o limite do equilíbrio, isto é, não aceitava-se uma revolta de militares mesmo sendo contra um governo militar. Dentro dessa posição e constatado que a continuação das revoltas não encaminhariam um solução de governo estável, indispensável para o procedimento normal de suas funções econômicas, superam portanto diferenças de grupos visando a unidade de ação. Exemplifica bem essa norma o apóio dado pelos dissidentes “paulistas” a Floriano quando da revolta da Armada. Percebe-se, dessa maneira, uma tendência bastante nítida no procedimento do grupo civil estudado.

O tratamento dado ao estudo do procedimento dos dois grupos não resultou homogêneo, o que aliás compreende-se, pois de por um lado os interesses paulistas surgem com nitidez, os dos diversos grupos militares implicar-iam numa pesquisa maior. A importância do livro reside na divulgação de fontes e de detalhes do relacionamento dos militares e civis, e ainda das divergências internas dos grupos civis e militares.

M. STELLA M. BRESCIANI.

* *
*

TIGRID (Pavel). — *A Primavera de Praga*. Tradução de Sérgio de Queirós Duarte. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. Editôra Laudes. 1968. 227 pp.

No momento em que jornais de todo o mundo anunciam a demissão sumária de Alexandre Dubcek, do cargo de embaixador da Turquia e do Partido Comunista Tchecoslovaco, em que o grande líder da "Primavera de Praga" entra irremediavelmente no ostracismo político, sem perder no entanto a sua popularidade, parece-nos oportuna a leitura da obra de Pavel Tigrid, cujo título encima esta nota, há pouco divulgada entre nós, em tradução de Sérgio de Queirós Duarte, pela Biblioteca do Exército associada à Editôra Laudes.

Trata-se de um estudo da evolução histórica do Partido Comunista da Tchecoslováquia, e é aí que Tigrid coloca as razões da crise de 1968. Analisa desde a festa da liberação no ano de 1945 pelos russos, com a restauração do estado tcheco, à tomada do poder pelo Partido Comunista, em 1948, único poder efetivo até os dias de hoje — focalizando a reviravolta provocada pela atuação dos escritores, intelectuais, estudantes, artistas, etc., culminando com a crise da primavera de 1968.

O autor nos dá uma visão profunda do que foram aqueles anos de perseguições, de assassinatos, de restrições de liberdades, que provocaram a demissão de Novotny e consequentemente a queda do regime estalinista.

Em vários capítulos aborda a execução de Rudolf Slanky, primeiro-ministro adjunto e secretário-geral do Comité, e de Vladimír Clementis, ministro das relações exteriores, e mais onze companheiros, a 3 de outubro de 1952, numa prisão de Praga. O sacrifício, de molde nazista, encontrou justificativa por parte dos seus responsáveis, no fato de ambos serem judeus e, portanto, desleais para com a pátria. O primeiro caiu em desgraça quando, no exercício de suas funções, introduziu métodos anti-estalinistas no partido, e o segundo, com os demais "nacionalistas burgueses", mesmo depois de serem considerados inocentes, Novotny veio a proibir sua reabilitação, até póstumamente.

O livro todo é uma grave acusação às arbitrariedades do partido e o autor insere cartas, depoimentos, diálogos, discursos, comprovando suas afirmações. Tigrid apresenta alentada documentação, que constitui praticamente mais da metade de seu trabalho.

O escritos encara a era de Dubcek como um período de supressão da censura da imprensa, de um momento em que se clamou pela criação de um segundo partido político como um processo de segurança contra o arbítrio, em que a nova linha política adotada foi mais uma concessão a pedido dos soviéticos. Como não poderia deixar de ser, trata-se de obra engajada, já que o autor é sob todos os aspectos, grande propagandista, contrário ao regime.

BENEDITA MARQUES PINHO.

* * *

*

PARIS (Robert). — *Les origines du fascisme*. Coleção “Questions d’Histoire” n.º 2. Flammarion. Paris. 1968.

Partindo do quadro específico da formação social italiana, durante as duas primeiras décadas do século, Robert Paris dirige sua análise no sentido da apreensão da gênese e das transformações que viriam dar corpo à ideologia fascista.

A ausência da revolução agrária, na segunda metade do século XIX, favoreceu a acumulação do capital, pois que a pequena propriedade praticamente inexistia. Desta forma, a soberania da grande propriedade, com suas relações de produção do tipo “semi-feudal”, incrementava a acumulação do capital e a formação cada vez maior de novos latifúndios.

Ainda por volta de meados do século passado, a agricultura italiana foi favorecida com a política de livre-cambismo, que permitiu a penetração dos capitais franceses e britânicos. Boa parte da renda agrícola é canalizada através da taxaço para o investimento em estradas e ferrovias. A política fiscal, ainda que timidamente, começa a estimular os investimentos na indústria nascente. Paralelamente a tal mecanismo, os trabalhadores rurais se deslocam para as usinas. Por outro lado, a política protecionista veio acentuar os desequilíbrios na economia sulina com a reforma aduaneira de 1887.

O primeiro decênio do século mostra o surgimento do grande capital com a fusão do capital bancário ao industrial.

A expansão da siderurgia e, pouco depois, da indústria automobilística, promovem uma rápida concentração industrial, assim como a formação de um proletariado urbano de “primeira geração”.

Torna-se freqüente a intervenção do Estado em benefício do grande capital. Dessa sociedade industrial ou, mais precisamente, desse grande capital brotam o nacionalismo e o fascismo. Espelhando estas idéias estão os periódicos como *Il Regno*, *La Voce* e *L’Idea Nazionale*. Este se propunha a:

“... defender o Estado forte e exaltar o exército, promover o nacionalismo econômico e a expansão colonial, praticando um culto obstinado da tradição e de Roma, bem como apelando re-

gularmente para uma política de *prestígio*, lançando através de tais *fórmulas* as bases do que mais tarde se constituirá no corporativismo” (pág. 26) (1).

Assim sendo, a conquista da Líbia (1911) veio satisfazer aos interesses capitalistas italianos, proporcionando um mercado de exportação ao mesmo tempo que abria uma nova porta para a emigração. Concedia-se, portanto, ao capitalismo italiano os meios de se apropriar dos excedentes gerados fora da Itália.

Dentro da Península, por sua vez, o sistema de governo inspirado por Giolitti, designado como “monarquia socialista”, tinha como característica marcante a conciliação. A aliança tácita entre o proletariado industrial (representado pelos reformistas) e o capitalismo emergente garantia um quadro político e social estável, que permitia o desenvolvimento da indústria pesada e do nascente capital financeiro. A acumulação do capital se fazia, em última análise, graças aos camponeses do sul, esmagados pela grande propriedade.

A crise provocada pelos progressos do capitalismo italiano provocou uma reação neo-romântica, que procurava-se exaltar a jovem Itália, tendo em vista objetivos coloniais veio se colocar como “literatura oficial” do fascismo. Destaca-se, entre outras coisas, por:

“... um anti-clericalismo definido (única religião, a Itália de *amanhã*). Há também temas nos quais tarde se inspirará o fascismo: o projeto de associar ao Parlamento os industriais, os agricultores, os engenheiros e os comerciantes, ou mesmo, de suprimir o próprio Parlamento, substituindo-o por um governo composto por vinte *técnicos*... O apelo à *juventude* é outro aspecto digno de nota, tendo sido criado nesse sentido, o hino fascista, *Giovinezza* (página 44) (2).

Em setembro de 1914, Marinetti e os futuristas organizam em Milão as primeiras manifestações. Dias após é constituído um *Fascio d'Azione Internazionalista* em favor da “revolução européia”. Nessa ocasião, Mussolini adere ao intervencionismo e é expulso do Partido Socialista. Identificando-se à causa da Entente, desejava a entrada da Itália na guerra contra a Áustria.

Ao término da mesma, as conversações em Paris se conduziram desfavoravelmente aos interesses italianos. As rejeições dos “grandes” criaram na Itália mitos como “a vitória mutilada”, “a nação proletária” — exposta ao jôgo do “imperialismo” e das “plutocracias”, idéias fartamente exploradas pela agitação fascista, que oferecia em contrapartida o patriotismo, a exaltação da Itália, “jovem e poderosa”, respeitada mundialmente.

A guerra, contudo, acentuou o processo de concentração industrial, o que veio abalar ainda mais o setor agrário, já atingido pela mobilização e pela baixa produtividade.

Desaparece um considerável número de médias e pequenas empresas, contribuindo, de maneira decisiva para a proletarização e desemprego.

(1). — Grifos nossos, P.S.O.

(2). — Grifos nossos, P. S. O.

Surtem, assim, em maio de 1919, os *Fasci di Combattimento* com a adesão do chefe dos *Arditi*, Ferruccio Vecchi. Menos de um mês se transcorreu entre a fundação dos *Fasci* e o incêndio do periódico socialista *Avanti*.

As eleições de 1919, apesar do resultados favoráveis aos socialistas, trouxeram uma crise dentro das lideranças do Partido

Do lado dos fascistas, Mussolini, em 1920, se opõe a Marinetti na questão do Vaticano. Faltava-lhes também maior unidade. Mussolini, no entanto, eleito deputado, conduz a reconciliação entre os fascistas, firmando-se em sua posição direitista. Elogia o Estado liberal, as aspirações imperialistas e nega a luta de classes. Funda-se o Partido Nacional Fascista (novembro de 1921), enquanto os *Arditi* provocavam agitações violentas. O fascismo acaba por vencer. Parafraseando Ângelo Tasca, em *EL NASCIMENTO DEL FASCISMO*, concluímos:

“Não foi o fascismo que provocou a revolução; foi a inconsistência da revolução que provocou a expansão do fascismo”.

A segunda parte do volume traz uma série de importantes documentos que tratam dos problemas político-sociais da época e da articulação fascista. Como complemento, Paris selecionou textos sobre o julgamento dos contemporâneos à ascensão fascista na Itália. A seguir, toma algumas questões polêmicas em torno do fascismo, discutindo-as à luz de ampla bibliografia comentada: Foi o fascismo uma revolução das classes médias? Quais suas relações com o grande capital? Em que medida as classes dirigentes foram responsáveis? Quem financiou a atividade fascista? Com que objetivos?

O convite aos debates permanece como desafio ...

PAULO DE SALLES OLIVEIRA